

Mídia Impressa e Gênero na construção do *impeachment* de Dilma Rousseff¹

Print Media and Gender: constructing the Impeachment of Dilma Rousseff

Los medios impresos y Género en la construcción del impeachment de Dilma Rousseff

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442020211>

Maria Lúcia Moritz¹

<https://orcid.org/0000-0003-3402-6543>

Mayara Bacelar Rita¹

<https://orcid.org/0000-0003-4743-0799>

¹(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre – RS, Brasil).

Resumo

Mesmo reconduzida à Presidência da República, Dilma Rousseff foi provisoriamente afastada do cargo 17 meses após a sua posse e teve seu mandato cassado pelo Congresso Nacional em 31 ago. 2016. Muitos atores estiveram envolvidos nesse processo, com destaque para a atuação do Parlamento, do Judiciário e da Mídia. Nesse artigo, analisaremos apenas a Mídia, partindo da ideia que sua atuação é central no atual jogo político-democrático e, neste caso, seu desempenho contribuiu para o desfecho ocorrido. Nosso objetivo é analisar o posicionamento assumido pela mídia impressa nos meses que precederam o afastamento definitivo da Presidenta Dilma, cotejando com uma perspectiva de gênero. Tomamos como *corpus* da análise os jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período entre abril e setembro de 2016. Através da metodologia quali-quantitativa, as reportagens e editoriais foram contabilizados e categorizados para posterior tratamento analítico à luz da literatura especializada. Os resultados obtidos sugerem que esses periódicos adotaram uma postura favorável ao *impeachment*, tendo apresentado traços de sexismo em sua cobertura jornalística.

Palavras-chave: Gênero. Mídia impressa. *Impeachment*. Dilma.

Abstract

Despite being re-elected as President of Brazil, Dilma Rousseff was temporarily suspended 17 months after taking office. On August 31, 2016, she was finally ousted as president. Political parties, Congress, the judiciary, the media – among others – played relevant roles in the process

1 Este artigo é uma versão modificada do *paper* apresentado pelas autoras no IX Congresso da Associação Latinoamericana de Ciência Política/ALACIP, ocorrido em Montevideu/Uruguai em julho de 2017.

of impeachment. In this paper it is proposed analyzing the role of the press along the months preceding the ousting of the re-elected head of state. Considering that the media plays a central role in the current democratic system, the gender biased performance of the press along the months prior to the impeachment was fundamental to determine the outcome. The analysis is concentrated on the newspapers Folha de S. Paulo and O Globo, published from April to September 2016. Qualitative/quantitative methodology was used to count and categorize articles and editorials for further analytical treatment, considering specialized literature. The results obtained suggest those newspapers coverage favored the impeachment, revealing some amount of sexism.

Keywords: Gender. Press. Impeachment. Dilma.

Resumen

Aunque reconducida a la Presidencia de la República, Dilma Rousseff fue provisoriamente alejada del cargo 17 meses tras su pose y tuvo su mandato casado por el Congreso Nacional el 31/08/2016. Mucho actores estuvieron involucrados en ese proceso, con destaque para la actuación del Parlamento, del judicial y de la prensa. En ese artículo analizaremos solamente la Prensa, partiendo de la idea que su actuación es central en el actual juego político-democrático y, en este caso, su desempeño fue fundamental para el desenlace ocurrido. Nuestro objetivo es analizar el posicionamiento asumido por la prensa en los meses que precedieron el alejamiento definitivo de la presidenta Dilma, cotejando con una perspectiva de género. Tomamos como corpus del análisis los periódicos Folha de São Paulo y O Globo en el periodo entre abril y septiembre de 2016. A través de la metodología cuali-cuanti los reportajes y editoriales fueron contabilizados y categorizados para posterior tratamiento analítico a la luz de la literatura especializada. Los resultados obtenidos sugieren que esos periódicos adoptaron una postura favorable al impeachment, habiendo presentado rasgos de sexismo en su cobertura periodística.

Palabras-clave: Género. Medios impresos. Impeachment. Dilma.

Apresentação

A cada eleição nos deparamos com um conjunto de atores políticos interagindo no processo eleitoral. Durante o *impeachment* da Presidenta Dilma isso não se deu de forma diferente e vários atores saíram em defesa de seus interesses. Incluídos nesse processo, estavam os políticos, os partidos, o Judiciário, a elite econômica e a mídia, todos fazendo parte do mesmo enredo e atuando fortemente no jogo político. Nossa proposta no presente trabalho tem foco na mídia impressa², pois entendemos que é um ator que desempenha um papel central nas democracias modernas e, neste caso em particular, sua atuação contribuiu para o desfecho ocorrido em agosto de 2016.

Estudos sobre a mídia e política vêm ganhando cada vez mais relevância no meio acadêmico e as abordagens em torno dessa díade tem sido as mais diversas, tanto do ponto

² Estamos tomando como mídia a “grande mídia” ou a “mídia tradicional”, empresas que formam conglomerados na área da comunicação.

de vista teórico como metodológico (FAUSTO NETO, 1995, LIMA, 1996, MIGUEL, 2000, 2002, RUBIM, 2004, AZEVEDO, 2006, MIGUEL; BIROLI, 2009, 2010, BIROLI, 2010, BIROLI; MANTOVANI, 2014).

Independentemente do enfoque e dos resultados apresentados por essas e outras pesquisas, todas têm contribuído para uma melhor compreensão da relação entre o campo da política e o papel dos meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Apesar da diversidade desse conjunto de estudos, o reconhecimento da capacidade de influência da mídia é um ponto de convergência entre eles (ALDÉ; VEIGA 2004). Nossa intenção aqui é colaborar para uma maior compreensão do campo jornalístico e suas interferências na realidade sócio-política, tomando como exemplo o jornalismo impresso e o recente processo de *impeachment* ocorrido no Brasil. Enquanto a televisão possui grande capacidade de penetração e de repercussão nas diferentes camadas sociais, a mídia impressa é mais seletiva, pois ela atinge a população mais letrada e com condições econômicas de adquirir um exemplar do jornal/revista na versão virtual ou em papel. Mesmo em número mais restrito, esses leitores são relevantes na medida em que podem ser “considerados circuladores qualificados de informação” (ALDÉ et al, 2007, p. 160). Comparado com outros veículos de comunicação, como rádio e TV, o jornalismo impresso, em especial os semanários e os jornais de grande circulação, tende a produzir uma cobertura mais extensa de alguns temas, dedicando a eles mais espaço e oferecendo mais informação aos seus leitores³. Dependendo do assunto, também há uma continuidade na abordagem. Esse conjunto de características justifica a escolha do veículo jornal como objeto de estudo do presente artigo. Para melhor entendermos o campo jornalístico no Brasil, escolhemos analisar o comportamento do jornalismo impresso durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, tomando como fonte empírica dois importantes jornais diários do eixo Rio-São Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. A escolha de ambos não foi aleatória, mas atende aos critérios de ampla circulação nacional⁴ e o peso desses veículos na formação da opinião pública.

A cassação da Presidenta da República tornou-se o principal assunto da cobertura jornalística já no final de 2015 quando, em 2 de dezembro, o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha abre o processo de impedimento⁵, e continuou em evidência até a sua concretização, em 31 de agosto de 2016. Por ser um período extenso, nosso recorte temporal está restrito às edições publicadas nos (21) finais de semanas entre 9 de abril e 1º de setembro de 2016⁶, totalizando 42 edições. O material empírico é composto pelas matérias e reportagens publicadas somente aos finais de semana, e pelos editoriais, coletados independentemente do dia de sua publicação (dia útil ou final de semana). Iniciamos nossa

3 O jornalismo eletrônico/digital tem crescido e provocado alterações no mercado da mídia, mas esse debate foge aos propósitos deste trabalho.

4 De acordo com o IVC (Instituto Verificador de Circulação), em abril de 2016, *O Globo* tinha uma tiragem média-diária de 181 mil exemplares impressos e a *Folha de S. Paulo*, 166 mil. Fonte: Meio e Mensagem. Disponível em: www.meioemensagem.com.br. Acesso em: 6 dez. 2019.

5 A abertura do processo se dá a partir do documento protocolado pelos advogados Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr.

6 Edição publicada em uma quinta-feira e excepcionalmente incorporada à análise devido à repercussão, pois corresponde ao dia subsequente à votação no Senado.

observação na semana anterior à votação pela abertura do processo de *impeachment* dentro da Comissão Especial da Câmara dos Deputados e a estendemos até o dia imediatamente após a cassação definitiva do mandato de Dilma Rousseff.

Mesmo tendo eleito uma mulher para o cargo político mais importante da nação, em 2014, o Brasil segue refratário à presença feminina na esfera da representação política. Nesse pleito, as mulheres conquistaram apenas 10,6% dos assentos do Congresso Nacional, percentual que colocava o país na posição 154º do *ranking* mundial em participação de mulheres no Parlamento, conforme estudo elaborado pela União Interparlamentar⁷. A desigualdade entre os gêneros não se restringe à arena político-institucional; também no campo midiático as mulheres têm pouca visibilidade e, com frequência, são retratadas de forma estereotipada (BIROLI, 2010). Na análise da cobertura jornalística da Folha de S. Paulo e d'OGlobo sobre o *impeachment*, também vamos buscar identificar se houve uma narrativa de apagamento feminino e de desqualificação da figura da Presidenta, e quais foram os elementos utilizados por esses veículos de comunicação para tal efeito.

Através da metodologia quali-quantitativa, as matérias jornalísticas foram contabilizadas e categorizadas a partir do conceito de enquadramento, importante instrumento de análise para estudar a relação entre a mídia e o campo da política. Interessa-nos não só entender como a mídia impressa construiu suas estratégias discursivas e interferiu nesse processo político, mas também pretendemos lançar um olhar de gênero sobre o material produzido. Partimos da premissa que a grande mídia assumiu uma posição pró-*impeachment* e em suas críticas à Presidenta Dilma havia elementos de sexismo. Além desta introdução, o texto está dividido em mais três seções: na primeira, descrevemos o cenário que levou ao processo de cassação da Presidenta; a seguir, uma breve discussão teórica; e na terceira e última seção, analisamos o material empírico coletado nos jornais citados. Finalizamos com algumas notas conclusivas.

Cronologia de um “golpe anunciado”

O desfecho que levou ao impedimento da Presidenta Dilma deve ser entendido a partir das disputas eleitorais de 2010 e de 2014. Após dois mandatos sucessivos no comando da Presidência da República, o Presidente Lula indicou Rousseff para concorrer à sua sucessão na eleição presidencial de 2010. Mineira de nascimento, mas radicada no Rio Grande do Sul desde a década de 1970, ela nunca havia disputado eleição, apesar de sua trajetória como militante estudantil e partidária, sendo uma das fundadoras do PDT⁸. Também possuía larga experiência na esfera governamental, tendo ocupado cargos na Prefeitura de Porto Alegre e no Governo do RS quando estavam sob o comando do PDT. Quando foi Secretária Estadual de Minas e Energia (1998), Dilma aproximou-se do PT e sua experiência na estratégica área

7 Órgão vinculado à ONU. Disponível em: <http://www.ipu.org>. Acesso em: 15 jun. 2017.

8 Dilma esteve filiada ao PDT por quase 20 anos e em 2001, juntamente com outros trabalhistas gaúchos, rompeu com o partido e assinou ficha no PT.

da Energia levou-a a fazer parte, em 2002, da equipe de transição do Governo quando Lula elegeu-se Presidente da República. Seu desempenho no grupo da transição foi a principal credencial para Dilma ser indicada para comandar o Ministério das Minas e Energia e, posteriormente, o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil (2005-2010). Esse breve retrospecto mostra o forte vínculo partidário de Dilma Rousseff e demonstra que as críticas surgidas quando da sua primeira candidatura à Presidência, seria apenas uma “técnica sem experiência política”, tinham como objetivo desqualificá-la como candidata.

A costura política realizada pelo presidente Lula para o pleito presidencial de 2010 levou PT e PMDB a uma aliança eleitoral, cabendo a Dilma Rousseff a cabeça da chapa. A avaliação positiva dos Governos petistas anteriores pela opinião pública e o empenho de Lula na campanha eleitoral pesaram a favor de Dilma, e resultaram na sua eleição para a Presidência da República. Mesmo com esse cenário favorável, a candidata petista travou uma acirrada campanha, especialmente com o PSDB, que almejava voltar ao poder depois de duas derrotas consecutivas para o Partido dos Trabalhadores. Diferentemente de Dilma, o candidato “tucano” José Serra apresentava um extenso currículo tanto em campanhas eleitorais como no exercício de mandatos eletivos. Em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os dois candidatos, havia pontos de aproximação entre eles: tinham a mesma formação acadêmica em Economia, eram candidatos com fortes vínculos partidários e tinham no seu passado a militância contra a ditadura militar.

A eleição de 2010 teve um episódio emblemático envolvendo a mídia, os dois principais candidatos à Presidência e o controverso tema do aborto. Na tentativa de desqualificar a adversária, Serra acusou Dilma de ser pró-aborto, o que proporcionou à mídia uma grande exploração em torno do tema e, em sequência, uma acirrada discussão entre os grupos pró e anti-aborto, especialmente o segmento religioso, de um lado, e o movimento feminista, de outro. Por vários dias a imprensa fomentou e explorou esse debate. A acusação de Serra gerou um mal-estar entre Dilma e seus apoiadores católicos e evangélicos, levando a candidata a manifestar-se publicamente sobre a questão, tendo ela afirmado “ser contra o aborto, mas ter que encarar o tema como pauta de saúde pública” (TRAJANO, 2010, ODILLA, 2010). Essa posição da candidata foi vista como um retrocesso pelas feministas, já que, em outra ocasião, Dilma havia assumido uma posição diferente e sua possível mudança de opinião foi explorada pela candidatura do seu principal adversário. Essa celeuma produziu um efeito político negativo para sua campanha e, de acordo com Mantovani (2014, p. 100), “houve um “fato novo” para o noticiário: a constatação, através das pesquisas eleitorais, de que, efetivamente, a polêmica sobre o aborto havia produzido um efeito mais corrosivo à candidatura petista no eleitorado religioso, ao longo do primeiro turno”. Apesar dessa polêmica, Dilma passou para o segundo turno e sagrou-se vencedora no pleito presidencial com mais de 55 milhões de votos (56% do eleitorado), derrotando assim o candidato José Serra (43 milhões de votos).

Novamente, na eleição presidencial de 2014, Dilma apresentou-se como candidata e a coligação eleitoral PT – PMDB foi repetida. Nesse pleito, a conjuntura econômica havia

mutado e os índices não eram mais tão favoráveis ao Governo, assim como o empenho de Lula nessa campanha não foi o mesmo de quatro anos antes. Do ponto de vista político, a Presidenta teve dificuldades em lidar com sua base de sustentação parlamentar durante seu primeiro mandato e, ao iniciar a campanha eleitoral, ela estava politicamente fragilizada. O principal partido da oposição, PSDB, lançou como candidato o experiente político mineiro, Senador Aécio Neves.

Na campanha de 2014, a disputa eleitoral foi tão ou mais acirrada quanto a que ocorrera quatro anos antes. Voltaram a se enfrentar PT e PSDB e, pela quarta vez consecutiva, os “tucanos” saíram derrotados; desta vez, por uma pequena margem de votos. Dilma venceu Aécio por pouco mais de 3 milhões de votos; ou seja, uma vantagem de apenas três pontos percentuais. Esse resultado das urnas explicitou a divisão política-ideológica vivenciada no país e evidenciou o quanto seria difícil o segundo mandato de Dilma Rousseff. Merecem destaque, ainda, a queda no desempenho econômico; o crescimento eleitoral da oposição entre 2010 e 2014, a ponto de o PSDB afrontar os preceitos democráticos e não reconhecer sua derrota nas urnas; e o comportamento do PMDB, principal parceiro na chapa presidencial. Os peemedebistas mantinham-se divididos e não apoiavam integralmente o Governo Dilma, atitude também adotada no decorrer da última campanha presidencial. A isso também devemos somar atores insatisfeitos com a condução político-ideológica dos rumos do país desde que o PT assumiu o Poder Executivo, entre eles, a grande mídia.

Relações entre gênero, mídia impressa e política

Por muito tempo, a Ciência Política negligenciou o potencial da mídia em interferir em questões políticas, mas o cenário contemporâneo mostra que essa é uma visão superada considerando a presença do aparato midiático na vida cotidiana. Os diversos veículos de mídia, especialmente os jornalísticos, constituem a principal ferramenta de acesso a informações sobre o mundo político na contemporaneidade. Dessa forma, mídia e política estão em constante interação, uma pautando à outra em um movimento de interferência mútua e constituindo a primeira um dos principais palcos de representação da segunda (MIGUEL, 2002, LIMA, 1996).

A contínua interação entre mídia e política já foi abordada por Bourdieu (1983, 1989, 2011). Na sua teorização, ambos são vistos como campos sociais, os quais estão em permanente disputa e lutando por interesses dentro e fora do respectivo campo. Cada campo se constitui em um conjunto de relações sociais estruturado e autônomo, e os agentes ali inseridos compartilham valores, regras de funcionamento e condutas. Dentro desse conjunto de relações sociais ocorre a legitimação de certos objetivos e ideologias, naturalizados pelos agentes do campo, que atuam em uma dinâmica de lutas, promovidas a fim de atingir dentro do campo uma visão de mundo hegemônica. Embora tenham suas próprias regras e autonomia, os campos midiático e político estão em permanente interação, considerando que os fatos passados em um terço repercutem no outro.

Também Champagne (1996) argumenta que a mídia é um ator político, tamanha sua capacidade de interferência e o papel que exerce na sociedade contemporânea a respeito dos acontecimentos políticos. Para Champagne (1996, p. 139), o desenvolvimento dos meios de comunicação e a sucessiva centralidade da mídia como locus de representação política implica num “deslocamento progressivo do centro de gravidade do espaço político que passou das assembleias parlamentares para a mídia”. Lima (1996, p. 239) argumenta no mesmo sentido, destacando a centralidade da mídia como uma marca constituinte do final do século XX, a ponto de transformar-se em “palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade”.

Tanto no campo midiático como no político as mulheres estão em posição de desvantagem e na política institucional brasileira isso também ocorre, mesmo tendo havido alguns avanços nas últimas décadas. Entre eles, podemos destacar a adoção das cotas partidárias no Brasil em 1996 e cuja legislação atual determina a reserva mínima de 30% das candidaturas aos cargos proporcionais para um dos sexos⁹. Em que pese a importância dessa ação afirmativa, seu efeito prático tem sido lento, a representação feminina na Câmara dos Deputados passou de 6,2% em 1994 para 15% em 2018, percentual ainda muito aquém do piso reservado para as candidatas mulheres.

O cenário de desigualdade entre os gêneros é reproduzido pelos meios de comunicação, onde a presença feminina tem menor visibilidade e, conforme destaca Biroli (2010, p. 272), “essa presença (na mídia) reduzida é, por sua vez, marcada por estereótipos de gênero e vinculada a posições de menor prestígio, reforçando a posição marginal das mulheres na política”. A pouca visibilidade feminina nos veículos de comunicação não é mero reflexo da realidade política, mas a mídia ajuda a fomentá-la e reproduzi-la, assim como os veículos de comunicação corroboram com a demarcação de espaços socialmente construídos como inerentes às atividades de homens e mulheres, cabendo a elas a esfera privada e a eles, a pública¹⁰. A dicotomia público/privado traz consigo ambiguidades e, de acordo com Okin (2008), ela afeta especialmente as mulheres, que através da divisão sexual do trabalho acabam relegadas às tarefas do âmbito doméstico e são vistas como inadequadas à vida política, enquanto os homens estão encarregados das atribuições políticas e a tudo relacionado ao que se considera pertinente à esfera pública. Estudos que interseccionam os conceitos de gênero, política e mídia vêm demonstrando que a mídia opera de modo a reforçar tal cenário estereotipado. De acordo com Biroli (2011, p. 73-74),

os estereótipos aparecem como uma dimensão da imposição, pelos grupos e estratos de grupos dominantes, de sua visão de mundo. E a mídia aparece como um instrumento central de sua propagação. (...) Isso se dá, sobretudo, quando as análises enfocam a naturalização do pertencimento da mulher à

9 Lei 9.504/1997.

10 O uso dessas categorias como espaços opostos desconsidera ampla crítica feminista que indica não existirem limites tão claros sobre o que separa cada uma dessas esferas. Conferir Pateman (2013) e Okin (2008).

esfera privada e dos arranjos familiares que o justificam e reforçam, assim como o destaque dado ao corpo e à aparência física das mulheres.

Recentemente vêm sendo realizados uma série de estudos com o objetivo de mensurar a postura da mídia frente a fenômenos e personagens políticos. Nos associamos a esses estudos e nossa proposta de análise se utiliza da metodologia quali-quantitativa, lançando mão da técnica do enquadramento¹¹ e do uso da Metodologia de Análise de Valências (MAV). De uma perspectiva ampla os enquadramentos

são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais (...) e são recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos (PORTO, 2004, p. 78-81).

Transposta para a análise de veículos jornalísticos, a ideia é que a mídia constrói seu conteúdo através de quadros interpretativos que permitem aos leitores não apenas apreender “o quê” a mídia propõe como temática, mas “como” enquadra tais acontecimentos, o que tem efeito de construção da realidade e ajuda a formatar os fatos políticos, limitando as possibilidades de apreensão das temáticas pelos espectadores.

Os enquadramentos podem ter um viés “positivo”, “negativo”, “ambivalente” ou “neutro”, de acordo com a MAV. Mesmo cientes das limitações em identificar as notícias a partir de um único enquadramento e das dificuldades decorrentes disso, como, por exemplo, o apagamento do caráter contraditório da mídia e suas narrativas noticiosas, acreditamos ser possível operar com as valências, pois não há um caminho único para investigar o posicionamento dos meios de comunicação e reconhecemos a tensão presente no uso dessa metodologia. O que deve ser levado em consideração são textos específicos e não a parcialidade do jornal em si ou outra parte do processo comunicacional. Conforme vem sendo identificando por vários estudos sobre os veículos de comunicação no Brasil, o conteúdo apresentado pela mídia já é maniqueísta e polarizado (FERES JUNIOR, 2016). Para incrementar nossa escolha metodológica, vamos recorrer ao conceito de enquadramento, de cunho qualitativo e, assim, atingirmos nosso objetivo de compreendermos a interseção entre os campos político e jornalístico e suas conexões com a temática de gênero, onde as mulheres que desempenham cargos políticos frequentemente são invisibilizadas pela mídia ou tem suas atribuições físicas destacadas nesse campo, em detrimento de outros atributos. Sendo essa, uma das formas de naturalizar os papéis sexuais e estabelecer hierarquia entre os gêneros.

¹¹ Como tal, o conceito está presente na obra *Frame analysis*, do sociólogo Goffman (1986).

A narrativa do impedimento da Presidenta Dilma no jornalismo impresso

O objetivo nesta última seção é avançarmos na identificação do posicionamento adotado pela mídia impressa durante o processo de *impeachment* e analisar sua narrativa a partir de uma perspectiva de gênero. Os dados coletados entre 9 de abril e 1º de setembro de 2016 dão conta do tipo de cobertura jornalística realizada pela Folha e pelo O Globo, permitem identificar uma tendência favorável ao *impeachment*, bem como elementos de sexismo na forma de construir a figura da Presidenta Dilma. Para isso, a principal estratégia discursiva desses veículos foi dar voz aos seus opositores, de um lado, e silenciá-la, de outro; além de destacar atributos pessoais que a desqualificavam como liderança política.

A metodologia aqui adotada parte da seleção das matérias jornalísticas em que as palavras “*impeachment*” ou “impedimento” foram citadas no período definido, de maneira a acompanhar a frequência e a forma com que esse tema apareceu nos dois jornais selecionados¹². A análise quantitativa comprova a centralidade que o assunto “*impeachment/impedimento*” assumiu na imprensa escrita nas 21 semanas da análise, onde ele aparece em 111 textos jornalísticos. Foram identificadas 62 matérias publicadas pela Folha e 49 pelo O Globo, não estando incluídos aí os editoriais. Já a análise qualitativa permite, através do recurso do enquadramento, identificar a quais atores foi dada voz e quais foram invisibilizados ou silenciados no decorrer deste processo. Os dados empíricos indicam que as vozes masculinas são predominantes no noticiário, enquanto que as porta-vozes femininas sofrem um apagamento em ambos os periódicos. Tomando como referência a cobertura jornalística promovida pela Folha de S. Paulo e pelo O Globo, percebe-se o papel relevante que a “grande mídia” adquiriu nesse jogo político, contribuindo para a concretização do impedimento da Presidenta. Conforme afirma Matos (2016, p. 225), “a mídia participou do processo de maneira explícita, orquestrada, instrumentalizada, e por isso esse é também um golpe de características midiáticas. Como eu vinha dizendo, é um golpe jurídico, parlamentar e midiático”. Além disso, ao construir uma imagem negativa de Dilma, o jornalismo impresso apresentou-a como uma figura inabilitada para o cargo e acabou por reforçar posições assimétricas sobre os papéis de gênero na política, respaldando hierarquias desiguais de poder.

Sendo assim, devemos reconhecer que gênero é uma das variáveis que atravessam os processos políticos em geral, e em particular, no caso do impedimento da Presidenta Dilma. É importante destacar que a ordem patriarcal atravessa e estrutura a vida social e política e a presença de uma mulher na esfera pública e, em especial, na arena representativa, é vista como ameaçadora ao *status quo*, onde prevalece a dominação masculina. As reações agressivas à figura da Presidenta já eram identificadas no início de seu segundo mandato e, no entendimento da pesquisadora Matos (2016), configuram-se em uma “violência política sexista”. A perspectiva adotada pelos dois jornais sustenta e avaliza discursos patriarcais

12 A Folha adotou a escrita “*impeachment*” e O Globo optou por “impedimento”.

sobre o papel das mulheres e seu lugar na sociedade, atrelada à esfera privada/doméstica, inibindo assim o avanço e a maior participação das mulheres na esfera pública e nas instâncias decisórias. São justamente as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres que, segundo Scott (2005), associam esse grupo a uma minoria, mesmo que as mulheres representem, no Brasil, 51% do eleitorado.

Estamos utilizando o enquadramento “positivo”, “negativo”, “ambivalente” ou “neutro” para cada reportagem/matéria selecionada¹³. Para minimizar possíveis discrepâncias no uso de cada categoria, estamos tomando como referência as definições e critérios já utilizados por Aldé et al (2007), mas adaptando-as ao contexto de nossa análise. Sendo assim, adotamos como “valência negativa”, as matérias que contenham ressalvas, críticas ou ataques/reproduções de ataques (de ordem moral, política ou pessoal) à presidenta Dilma advindas de seus opositores ou do autor da matéria; assim como resultados de avaliações desfavoráveis ao seu Governo e/ou a sua figura e que foram auferidos em pesquisas de opinião. Para “valência positiva” classificamos as matérias com declarações de terceiros (pessoas ou entidades) favoráveis à presidenta e/ou ao seu Governo (avaliação de ordem moral, política ou pessoal); assim como resultados de pesquisas de opinião com avaliações favoráveis ao Governo Dilma e/ou a sua figura. Por fim, “valência neutra”, foram enquadradas as matérias sobre Dilma e/ou seu Governo sem avaliação moral, política ou pessoal, do autor da matéria ou de terceiros (pessoas ou entidades). Em caso de equilíbrio entre negativo e positivo, a matéria é considerada neutra e quando não se consegue definir com clareza a posição do jornal/matéria, enquadramos como “ambivalente”.

Nas 21 semanas de observação, os dados coletados resultaram em um conjunto de 167 textos publicados nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo sobre o tema do *impeachment*. A maior parte desse material refere-se a matérias/reportagens (66,5%)¹⁴, já os editoriais foram em número de 56, i.é. 33,5% do total dos textos. Para trabalharmos com esse *corpus* analítico, efetuamos um corte substantivo em relação ao tipo de matéria analisada, onde chamamos de “opinião” àquelas dos editoriais¹⁵ e de “informação” àquelas reportagens publicadas na editoria de política e na capa dos jornais selecionados. Com essa divisão, estamos tentando separar o espaço dedicado a noticiar os “fatos” do espaço de manifestação explícita da posição política do jornal. Começaremos nossa análise pelas 111 “matérias de informação”, deixando a abordagem dos editoriais para um segundo momento.

13 Também estamos levando em consideração outro elemento editorial, os títulos, na medida que eles contêm indicações sobre a orientação das matérias e devem ser considerados no momento da análise.

14 Nesse número também estão incluídas duas entrevistas publicadas pela Folha de S. Paulo.

15 A *Folha* publicou 22 editoriais no período estudado; *O Globo* publicou 34.

A construção discursiva do *impeachment* na Folha de S. Paulo e em O Globo e o viés de gênero

A análise quantitativa do material produzido pela mídia impressa permite avaliar, através da valência, qual foi a orientação da cobertura jornalística - positiva ou negativa. Em linhas gerais, o material empírico sugere que a cobertura dos jornais foi desfavorável à Presidenta no decorrer do processo de *impeachment*. Desde o início da observação, percebemos que a estratégia discursiva dos dois veículos de comunicação foi construir uma imagem negativa de Dilma, rotulando-a como “incompetente”, por exemplo, e associando-a a escândalos políticos. Dessa forma, a Presidenta foi sendo desqualificada e inabilitada para o cargo e, simultaneamente, a continuidade do processo de *impeachment* foi legitimada. Araújo (2018) destaca que a “desqualificação política com viés de gênero” se fez presente antes e durante o desenrolar do impedimento de Dilma, tendo circulado em outros veículos da mídia impressa¹⁶. Podemos, assim, demonstrar que foi essa construção negativa que orientou e deu unidade à cobertura jornalística realizada tanto pela Folha como pelo O Globo. O *impeachment* foi um processo cronologicamente apresentado ao leitor, os principais personagens destacados foram os mesmos (Dilma, Lula, Temer e PT), os episódios que compõem a cobertura são semelhantes e ambos os veículos assumem que se trata de um grande evento político-midiático e a esse repertório, ainda devemos acrescentar a dimensão de gênero, conforme abordaremos mais adiante.

Ao compararmos os dados de valência entre os dois jornais (Tabela 1) há uma notável convergência entre eles: as matérias “negativas” são maioria tanto na Folha de S. Paulo como n’O Globo, sendo quase iguais os percentuais dessa orientação. A similaridade entre os dois veículos ocorre também com as reportagens de teor “neutro”, que ocupam 1/3 da cobertura jornalística de cada um dos jornais. Folha e O Globo também não apresentam divergência quanto ao percentual de matérias “positivas” que foram quase inexistentes no transcorrer do processo de *impeachment*, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Distribuição das valências x matérias de “informação”

Valências	Folha de S. Paulo (%)	O Globo (%)
Negativa	54,1	55,8
Positiva	9,8	11,5
Neutra	32,8	32,7
Ambivalente	3,3	- -
Total	100	100

Fonte: elaboração das autoras.

¹⁶ As capas e matérias das revistas *Veja* e *IstoÉ* em abril, dias 1º e 6, respectivamente, são apontadas como exemplos paradigmáticos desse tipo de abordagem. Conferir Matos (2016) e Araújo (2018).

A orientação das valências acima destacadas chama a atenção para uma questão subjacente, mas não menos importante. Os valores basilares frequentemente evocados pela mídia, como “imparcialidade” e “objetividade”, estão comprometidos conforme os dados empíricos apresentados. Essa questão remete a outros estudos que vêm sendo desenvolvidos na área de Comunicação e Política e que refletem criticamente sobre esse binômio, entre os quais destacamos a afirmação de Miguel e Biroli (2010, p. 68),

Ainda que uma leitura crítica da objetividade e da imparcialidade se tenha disseminado nas últimas décadas, o discurso jornalístico continua a se apresentar como partindo de um ponto de vista “universal”. A adesão a esta forma de discurso é alimentada pelas rotinas produtivas da profissão e é indispensável tanto para a consagração no campo jornalístico como para a legitimidade social do campo. (...) É a imparcialidade que diferencia o discurso jornalístico do discurso de outros agentes, que podem tentar (e frequentemente tentam) mobilizar tais valores, mas sempre o fazem a partir de uma posição interessada (porque parcial).

As análises desses autores desconstruem a ideia da “imparcialidade” e da “objetividade” da mídia. Ao contrário, o que temos é uma fala situada e com lugar marcado, disputando espaço na construção de um discurso hegemônico. Também os estudos sobre o comportamento da mídia promovidos por Aldé et al (2007) sinalizaram o comprometimento do valor “objetividade” nos veículos brasileiros quando analisaram a cobertura das eleições presidenciais de 2006. As valências destacadas na Tabela 1 também indicam que não houve equilíbrio nas abordagens da Folha de S. Paulo e do O Globo e o predomínio de matérias de conteúdo negativo sobre o tema do *impeachment* apontam para a tendência assumida por ambos os jornais no referido episódio político. Sobre a mídia assumir um posicionamento, Nunes (2004, p. 360) afirma

que é esse o novo papel dos meios de comunicação de massa, politizados e partidarizados, construtores do discurso único, do discurso unilateral, do discurso monocórdio do sistema. Esses meios – que, no passado, tão relevantes serviços prestaram à democracia – de há muito abandonaram o clássico papel de intermediação social. São hoje atores. Não reportam: interferem no fato e passam a ser o fato; (...) não informam, constroem opinião; não noticiam, opinam.

Outro importante elemento editorial - e que serve para a análise das valências - são os títulos das matérias/reportagens publicadas. O mês de abril foi pródigo em destacar as chamadas negativas. Coincidentemente, foi no dia 11 desse mês que a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o parecer favorável ao *impeachment* da Presidenta Dilma. Uma semana depois (18/4), o deputado Eduardo Cunha entregava ao Presidente do Senado

o volumoso processo contendo 12.044 páginas. Na primeira quinzena de abril a Folha de S. Paulo deu as seguintes manchetes no Caderno “A” (capa e interior): “A presidente não gosta do Congresso”, afirma relator (9/4); “Estatístico prevê 72% de votos pró-*impeachment*” (9/4); “Temer acusa Dilma de mentir e diz que manterá programas” (17/4); “Resultado de votação é recebido com buzinaço e choro na Paulista” (18/4). Já os destaques d’ O Globo nesse período foram: “Tucanos unificam discurso favorável à saída de Dilma” (9/4); “Aviso Prévio, Dilma perto do afastamento” (18/4).

O conjunto de títulos acima destacados e os respectivos conteúdos das matérias quando da cobertura sobre o *impeachment* apontam a tendência de ambos os jornais já no espaço dedicado à informação. Nesse caso, a dinâmica dos espaços de informação se assemelha àquela apresentada nas seções de opinião, onde o posicionamento dos periódicos fica mais explicitado. Dessa forma, a tradicional linha demarcatória entre um espaço e outro deixou de existir. Esse comportamento posicionado, e anti-PT, da mídia impressa brasileira já fora identificado por Aldé et al (2007) ao estudar a cobertura realizada pelos jornais Folha, “Estadão” e O Globo na disputa presidencial de 2006.

Também é importante destacar o duplo esforço empreendido pela Folha e pelo O Globo quando, de um lado, antecipavam a agenda e pautavam para o Legislativo o ritmo do processo político, fixando um calendário; e, de outro, construindo antecipadamente o impedimento da Presidenta. Ou seja, a mídia impressa já havia selado o destino de Dilma e ela já estava cassada antes mesmo do processo tramitar no Senado Federal. A interferência do campo midiático no campo político também já foi apontada por Fausto Neto (1995, p. 120) ao analisar o *impeachment* de Collor, onde o autor afirma que a imprensa opera a fim de “tecer o julgamento presidencial segundo os ritos e a processualidade midiática”.

A tendência da mídia impressa em defender o *impeachment* fica mais evidenciado quando analisamos os editoriais. Nos 146 dias de observação foram publicados 56 editoriais, a maioria pelo O Globo (34), que manteve a média de publicar um editorial a cada quatro dias. Já a Folha de S. Paulo publicava um por semana, totalizando 22 editoriais no referido período. Mesmo com essa pequena variação na frequência dos editoriais, ambos os jornais mantiveram o teor crítico e negativo ao Governo de Dilma Rousseff e essa seção opinativa sempre foi usada para fazer a defesa da cassação do mandato da Presidenta. A exemplo do que aconteceu no espaço das “informações”, o impedimento de Dilma já era dado como um cenário certo, independentemente do estágio em que se encontrava a tramitação do processo, na Câmara ou no Senado Federal. Desde 13 de abril, a Folha já falava nesse desfecho, antes mesmo de ter ocorrido a sessão na Câmara na qual os deputados federais votaram pelo prosseguimento do processo, que se realizou quatro dias depois dessa publicação. Assim manifestou-se a Folha de S. Paulo através do editorial intitulado “Dilma e o pêndulo”,

Cenário segue indefinido, mas mudança no clima do Congresso agora indica tendência de aprovação do *impeachment* pela Câmara. (...) Acidental ou não, a divulgação indica que o vice-presidente já se prepara para assumir a cadeira

vacante, conhecedor como é das direções em que sopram os ventos (FOLHA, 13 abr. 2016, p. 2).

No fragmento destacado, observa-se que mesmo abordando o tema do impedimento da Presidenta, o editorial quase não menciona a principal personagem e foco do processo, Dilma Rousseff. As personalidades públicas destacadas são Lula e Temer, figuras masculinas que protagonizam ações para interferir no andamento do referido processo, como por exemplo “Lula retornou a Brasília com a missão de mobilizar o arsenal fisiológico para reforçar o pêndulo, (...), na direção de Dilma” (FOLHA, 13 abr. 2016, p. 2).

A maioria dos editoriais da Folha e do O Globo sinalizam uma postura a favor do afastamento da Presidenta, predominando as valências negativas e neles, praticamente não há margem para questionamentos ou reflexão crítica sobre o desenrolar do *impeachment*. Da parte dos jornais a saída de Dilma era o único caminho. Assim se pronunciou a Folha de S. Paulo no dia em que a Câmara dos Deputados votaria a continuidade do processo:

(...) Sem dúvida uma vitória do *impeachment* neste domingo (17) significará, para a maioria expressiva dos brasileiros, a justa punição de um governo que na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se em corrupção e escarneceu das instituições. (...) (FOLHA, 17 abr. 2016, Primeiro Caderno/A2, p. 2).

No dia seguinte a essa votação, o jornal O Globo publicou um editorial intitulado “Perto do Fim”, já sinalizando o destino da Presidenta e associando-a a isolamento e fraqueza, dois atributos que a impediriam de reverter o processo. Assim se pronunciou o jornal, “Dilma Rousseff começou ontem a se despedir da cadeira de presidente do Brasil. (...) Isolada, (...) Dilma dificilmente terá forças para impedir que o Senado abra o processo e a afaste do cargo, numa votação por maioria simples, nas próximas semanas” (O GLOBO, 18 abr. 2016, p. 1).

Folha de S. Paulo e O Globo por diversas vezes refutaram a tese de “golpe parlamentar”, levantada por Dilma e seus apoiadores. O Globo dedicou oito editoriais para rebater a “tese do golpe” e apontá-la como uma farsa, sendo especialmente pródigo no mês de agosto¹⁷. Mesmo posicionamento foi adotado pela Folha quando em 21 de abril rotulou essa tese de “esdrúxula” e, inclusive, acusou a imprensa internacional de “irresponsável” e “imprudente” ao embarcar nessa ideia. O editorial publicado pelo O Globo no final de maio exemplifica a narrativa adotada pelo jornal,

(...) Dilma Rousseff, entrincheirada no Planalto, cumpriu uma intensa agenda de comícios indoors, em que, inflamada, repetiu a tese ilusória de que estava

¹⁷ As datas desses editoriais foram: 20 e 21/4; 31/5; 5, 9, 11, 25 e 30 de agosto.

sendo vítima de “um golpe”. Não adiantou, o Senado acolheu o pedido de *impeachment* por crimes de responsabilidade (...). A presidente afastada guardou algum silêncio até este domingo, com a publicação de uma entrevista à “Folha de São Paulo”, em que aproveitou para desdobrar a tese esperta do “golpe” - comprada internamente por militantes, e, no exterior, por aliados, simpatizantes, e desavisados (...) (O GLOBO, 31 maio 2016).

Conforme destacado no fragmento acima, o pedido de *impeachment* teve como justificativa formal crimes de responsabilidade fiscal e orçamentária praticados pela Presidenta, concretizados nos decretos de gastos adicionais sem aprovação do Congresso Nacional e nas chamadas “pedaladas fiscais”. Esta é uma prática do Tesouro Nacional que consiste em atrasar, de forma proposital, o repasse de dinheiro para bancos públicos e privados com o objetivo de melhorar artificialmente as contas da União. O jornal O Globo esforçou-se em demonstrar que a Presidenta havia sim, cometido crimes de origem fiscal e orçamentária e, em 11 editoriais, abordou o tema das “pedaladas”, a metade deles publicados no mês de agosto¹⁸, quando o processo de impedimento encontrava-se na reta final. Além das “pedaladas”, este jornal também considerava que seu julgamento ia “além da crise fiscal”, abrangendo “corrupção” (18/4), “petrolão” e o “fracasso econômico” do Governo Dilma (23/5).

Já a Folha de S. Paulo reconheceu em editoriais dos dias 4 e 21 de agosto que “as pedaladas não foram o real motivo” do pedido de impedimento. No editorial intitulado “Página Virada”, afirmou: “(...) Os motivos legais do *impeachment*, debatidos à exaustão, revelaram-se tão questionáveis quanto relativamente pequenos diante do que se conhece de irregularidade e corrupção na política brasileira (...) (FOLHA, 21 ago. 2016, p. 2). Para esse jornal, a principal motivação para a retirada de Dilma do poder é sua suposta má condução da economia e a conseqüente crise gerada; por isso, a necessidade de intervir para que o país “volte para os trilhos” (21/8). Ou seja, o motivo formal das “pedaladas” perde sentido e o conjunto das ações dos Governos petistas e sua orientação político-ideológica passam a ter real importância na cassação de Rousseff.

Além da economia e as conseqüências dessa crise para o país, a imagem de Dilma foi especialmente abordada nos editoriais e as valências de viés negativo predominam, a exemplo do que também foi identificado nas matérias/reportagens sobre seu Governo. Foram recorrentes, em ambos os jornais, frases que desqualificam a figura pública de Dilma e a constroem como um sujeito incapaz para o exercício da Presidência da República. O Globo foi mais crítico na construção da figura da Presidenta, sendo pródigo em mencionar esses atributos desqualificadores, por exemplo, no plano econômico, Dilma foi responsabilizada pela crise (econômica e fiscal), tanto pela sua “falta de ação” (12/4) como pela sua “irresponsabilidade com a economia” (12/5), sendo assim sua imagem de “gerente inflexível e eficiente” (4/6) foi

18 As “pedaladas” foram citadas nos seguintes dias: 23/4; 04/5; 5 e 17/6; 14/7; 11, 25, 28, 30 e 31/8; 1/9.

duramente atingida. Também foi chamada de “mentirosa” (20/4), “estelionatária eleitoral” (11/4) e “disseminadora do pânico” (18/4) em um cenário letal para todos, onde ela não tinha mais apoio nas ruas (1/9). A Presidenta também esteve associada à corrupção, devido ao escândalo do “petrolão” (23/5) e porque gastou dinheiro público com despesas pessoais (4/6). Características pessoais negativas também não faltaram, Dilma foi rotulada de “irascível” (17/4), “autoritária, teimosa, detalhista e centralizadora” (18/4), “dura” (13/5), “impulsiva” (28/8), “irritadiça, autoritária, confusa” (31/8). No dia 18 de abril, foi publicada uma extensa matéria sobre a Presidenta com o seguinte título: “Dilma: o declínio de uma presidente por acaso” (O GLOBO, 18 abr. 2016, p. 3). O cerne dessa reportagem assinada por três jornalistas da sucursal de Brasília é uma avaliação de Dilma e do seu Governo. Nessa extensa matéria, além de apresentá-la como alguém que “não sabe fazer política”, ela foi associada à Lula de forma depreciativa: “a mulher de Lula” e “Dilma criatura de Lula”¹⁹. O tipo de narrativa apresentado pelos editoriais e por esta reportagem em especial, tem um duplo efeito: inabilitar Dilma para a função presidencial, de um lado, e de outro, indicar que as mulheres só têm chances de acessar o campo da representação política se estiverem sob a proteção masculina. Isso as torna um sujeito frágil, dependente e incapaz de se movimentar por conta própria na esfera política. De forma velada, o jornal reforça os papéis sexuais tradicionais e sinaliza que o mundo da política não é lugar que as mulheres devam almejar, perspectiva particularmente preocupante em um país que possui um dos menores índices de representação política feminina. Como afirma Biroli (2018, p. 79), “atingem Rousseff, ao mesmo tempo em que colocam em xeque a condição das mulheres como atores políticos”.

Em seus editoriais, a Folha apontou o principal “pecado político” cometido pela Presidenta: ela não teve “diálogo com o Legislativo” (17/4). Já no plano econômico, ela foi rotulada de “incompetente” (9/5), “má gestora” (28/8), “cometeu erros na economia” (12/5) e teve uma “desastrosa política econômica” (11/8). Daí a razão de estar sendo “rechaçada pela população” (4/8). Características da personalidade de Dilma também foram negativamente destacadas, enquanto O Globo salientou a sua “dureza” (13/5), a Folha de S. Paulo mencionou a sua “aspereza” (15/4). Quando avaliou a fala de Dilma no momento de sua defesa no Senado Federal, a Folha afirmou que ela “foi firme e emocionada, mas falta eloquência” (30/8). Ou seja, mesmo quando o jornal ressaltou algo positivo, isso tem seu sentido esvaziado, pois vem associado a uma crítica. Podemos entender assim, que há sempre uma inadequação em Dilma enquanto figura política. Se para os homens públicos “dureza” e “aspereza” podem ser vistas como características positivas, elas não servem para as mulheres, pois são atributos que fogem ao estereótipo feminino esperado. Para Araújo (2018, p. 44-45) a “ambiguidade” foi uma das marcas na construção da imagem de Dilma Rousseff durante sua trajetória política,

19 Em editorial do dia 2 de agosto, o jornal Folha de S. Paulo mencionou “a escolha do ‘poste’ Dilma Rousseff para concorrer a sucedê-lo no Planalto (...)” (FOLHA, 2 ago. 2016, p. 2). Acesso em: 5 jun. 2017.

(...) A ambiguidade de estar sempre fora do lugar. Essa imagem parece ter sido um dos sustentáculos acionados para que se pudesse viabilizar a deslegitimação política de alguém que precisaria ser apeado do poder. A ambiguidade surge através da personificação de uma Dilma desprovida de substancialidade, vazia de atributos pessoais, de capacidade intelectual, de experiência e de capacidade política, um ser vazio, apesar de uma trajetória de vida intensa. Ao mesmo tempo, é o ser ameaçador, autoritário, manipulador e ambicioso. (...).

Outro aspecto que deve ser mencionado na cobertura realizada pelos dois jornais refere-se à pluralidade de opiniões, mas restringiu-se em ouvir e dar voz aos dois lados em disputa sem problematizar/questionar o fato em si. Durante o desenrolar do processo de impedimento tanto Folha como O Globo esforçaram-se para manter algum equilíbrio, em termos quantitativo, em ouvir/dar voz aos apoiadores e aos opositores da Presidenta Dilma. As matérias e reportagens analisadas apontam para um maior volume de apoiadores do que de opositores de Rousseff. Por exemplo, em O Globo, 30,6% das matérias citam fontes apoiadoras de Dilma, enquanto que seus opositores predominam em 22,4% das reportagens. Já a Folha apresenta um maior equilíbrio entre os dois grupos que se manifestam, 25,5% desses textos jornalísticos deram voz a aliados da presidenta, enquanto em 22,6% das matérias traziam seus críticos. Tais dados, porém, não indicam, necessariamente, que a Presidenta deposta teve voz durante a cobertura do *impeachment*, ao contrário, o que observamos foi um processo de silenciamento de Dilma. Em ambos os periódicos, a maioria do conteúdo veiculado tratou da sua figura sem trazer à tona suas falas. Nos 62 textos da Folha de S. Paulo aqui analisados, apenas 11 (17,7%) colocam a Presidenta falando por si mesma, enquanto em O Globo, apenas oito (16,3%) matérias dão espaço para a manifestação de Dilma em um universo de 49 textos. Esse silenciamento também é uma forma de apagamento da figura feminina do jogo político.

Tanto na Folha quanto n'O Globo a defesa de Dilma no decorrer do processo de *impeachment* é realizada por seus apoiadores homens, em especial o ex-presidente Lula e o então advogado-geral da União José Eduardo Cardozo, mas outros correligionários do PT também se manifestaram. Identificamos 35 fontes masculinas ouvidas pela Folha e 25 nas matérias d' O Globo analisadas. Paralelamente, a Folha de S. Paulo realizou quatro reportagens onde foi dado espaço para a manifestação de algumas mulheres; das sete fontes femininas ouvidas por esse jornal, quatro criticavam a Presidenta e três eram suas apoiadoras. Também O Globo trouxe fontes femininas em sete reportagens; duas entrevistadas manifestaram-se a favor da Presidenta, outra era crítica e três fontes foram consideradas neutras, pois essas eram analistas políticas e pesquisadoras na área. Com base no conjunto dos textos analisados, identificamos a não vocalização de Dilma Rousseff na cobertura de seu *impeachment*, como também o silenciamento da voz de outras mulheres que atuam no campo político institucional brasileiro, especialmente àquelas representantes que eram suas apoiadoras. A presidenta teve pouco espaço para se manifestar e realizar

sua defesa, cabendo majoritariamente aos homens de seu partido a tarefa de falar por ela em ambos os periódicos, o mesmo acontecendo com a oposição; foram sempre vozes masculinas se expressando. Nesse contexto de (des)construção da figura pública de Dilma e do seu silenciamento é que observamos o viés sexista da cobertura realizada pelos jornais aqui analisados.

Notas conclusivas

O *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 é um processo que deve ser analisado a partir de múltiplas variáveis e contou com a participação de diversos atores políticos, entre eles, o Judiciário, o Parlamento e a Mídia. A partir da centralidade que esta assume no jogo político contemporâneo, optamos por analisar a atuação da mídia impressa brasileira, cotejando com uma perspectiva de gênero. Entendemos que o discurso midiático acionou esta variável, operando-a de forma que foi um elemento importante no desdobramento do processo que culminou com a deposição da Presidenta em agosto de 2016. Nosso objetivo foi identificar o posicionamento assumido por dois importantes periódicos de circulação nacional no decorrer do processo de *impeachment*, identificando traços de sexismo na cobertura realizada pela Folha de S. Paulo e O Globo. Ao longo desse estudo, constatamos que, em ambos os jornais, houve predomínio de matérias de conteúdo negativo, sugerindo uma tendência favorável à cassação de Rousseff. Tal posicionamento dos periódicos confirma a premissa levantada no início do presente trabalho.

A partir de um olhar de gênero sobre a cobertura jornalística promovida pela Folha e pelo O Globo, no período estudado, foi possível identificar um viés sexista na forma como foi (des)construída a figura pública da Presidenta Dilma. A ordem patriarcal que estrutura nossa sociedade define que o espaço público é de domínio masculino e quando as mulheres ingressam nessa arena, elas são vistas com estranhamento e são mais exigidas e cobradas no desempenho de suas funções. Essa lógica também se faz presente quando as mulheres conquistam mandatos eletivos, sendo frequente a sua desqualificação política, tanto no discurso da mídia como nas manifestações advindas de seus pares. Desde que assumiu a Chefia da Casa Civil, em 2005, até a sua deposição, Dilma Rousseff enfrentou esta mesma situação adversa, ora em manifestações explícitas, ora de forma menos enfática. Nossa análise demonstra que os dois jornais, inicialmente, constroem a imagem de Dilma como uma “gerente”, ressaltando sua “dureza” no exercício do cargo de Chefe do Poder Executivo. Ao mesmo tempo que os periódicos destacam o caráter eminentemente técnico de sua atuação, também a rotulam como “incompetente e má gestora”, dando indícios de que ela falhou duplamente na função, como mandatária e como técnica. Estes atributos, entre outros rótulos, resultam em uma imagem negativa de Rousseff, tornando-a um sujeito político incapaz para o exercício da Presidência da República. A narrativa adotada pela mídia impressa acaba por colocar em “xeque a condição das mulheres como atores políticos” (BIROLI, 2018, p. 79).

A abertura do processo de *impeachment* teve como embasamento legal os crimes de responsabilidade fiscal e orçamentária atribuídos à Rousseff, com ênfase nas chamadas “pedaladas fiscais”. Porém, tanto Folha de S. Paulo como O Globo (este em menor escala) elencaram outras razões para a cassação do mandato presidencial. A tendência dos jornais em ser favorável à deposição de Dilma passou a ser justificada pela situação de crise econômica e fiscal existente no país e largamente associada à gestão (incompetente) da petista. Também a tese de que haveria um “golpe” em curso no país, denunciado pela Presidenta e seus aliados, foi sistematicamente contestada pelos dois periódicos. Esta versão foi desconstruída através da desqualificação das falas de Dilma sempre que ela denunciava as manobras de seus opositores na efetivação do “golpe”. O Globo foi mais explícito no seu posicionamento do que a Folha e, através de seus editoriais, foi possível identificar, além da defesa da deposição da Presidenta, um posicionamento ideológico de viés antipetista.

Além da construção negativa da figura pública de Dilma, a cobertura jornalística produzida pela Folha de S. Paulo e O Globo apresenta traços de sexismo quando, de forma recorrente, há um silenciamento da sua voz nas matérias publicadas nas semanas que antecederam seu afastamento (definitivo) da Presidência da República. Entendemos que tal narrativa, associada à opção maciça em ouvir e dar voz a fontes masculinas, reforça a ideia socialmente aceita de que a arena política é um terreno de atuação dos homens por excelência e que as mulheres seriam inadequadas para atuar na esfera pública. Assim, o jornalismo impresso, especialmente a Folha de S. Paulo e O Globo, de forma velada ou não, contribui para a naturalização do cenário de baixa participação feminina na política institucional brasileira, seja pela desqualificação da imagem pública da Presidenta ou pela negação em dar voz a Dilma Rousseff no processo político em que ela era a protagonista, ou ainda, pelo apagamento feminino, através da pífia presença de personagens femininas como fontes do noticiário. Dessa forma, imputam às mulheres lugares e papéis de subalternidade, reforçando posições assimétricas no campo da política representativa e respaldando as hierarquias desiguais de poder.

Referências

ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 10, abr. 2007, p. 153-172.

ALDÉ, A.; VEIGA, L. Recepção da Comunicação Política. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens, Salvador/São Paulo: Edufba/Editora da Unesp, 2004, p. 483-514.

ARAÚJO, C. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, L.; ARGOLLO, F. (Orgs.). **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018, p. 33-50.

AZEVEDO, F. A. F. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, jan./jun. 2006, p. 88-113.

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, jan./jun. 2010, p. 269-299.

- BIROLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, jul./dez. 2011, p. 71-98.
- BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do “mensalão”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 204-218, ago. 2014.
- BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983, 208p.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Diefel, 1989. 311p.
- BOURDIEU, P. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, jan./jun. 2011, p. 193-216.
- CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996. 291p.
- FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: www.folha.com.br. Acesso em: 1 mar. 2017 – 30 jun. 2017.
- FAUSTO NETO, A. **O impeachment da televisão: como se cassa um presidente**. Rio de Janeiro, Diadorim, 1995. 75p.
- FAUSTO NETO, A. Discurso político e mídia. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**, Salvador/São Paulo: Edufba/Editora da Unesp, 2004, p. 105-126.
- FERES JÚNIOR, J. Em defesa das valências: uma réplica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, jan./abr. 2016, p. 277-298.
- GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1986. 201p.
- LIMA, V. A. **Os mídia e o cenário de representação da política**. Lua Nova, São Paulo, n. 38, dez. 1996, p. 239-271.
- MANTOVANI, D. **Quem agenda a mídia: um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010**. 234 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília.
- MATOS, M. Entrevista. In: GERALDES, E. C.; RAMOS, T. R.; SILVA, J. D. et al. **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC-UnB, 2016, p. 220-232.
- MIGUEL, L. F. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **Revista BIB**, São Paulo, n. 49, 2000, p. 51-77.
- MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, São Paulo, n. 55-56, 2002, p.155-184.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, jun. 2009, p. 55-81.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo v. 25, n. 73, jun. 2010, p. 59-76.
- NUNES, M. V. Mídia e eleições. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**, Salvador/São Paulo: Edufba/Editora da Unesp, 2004, p. 347-378.
- O GLOBO. Disponível em: www.oglobo.com.br. Acesso em: 10 mar. 2017 – 30 jun. 2017.
- ODILLA, F. Dilma nega defender aborto e diz que opinião de bispo não é uma posição da CNBB. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 jul. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, maio/ago. 2008, p. 305-332.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**, Salvador/São Paulo: Edufba/Editora da Unesp, 2004, p. 73-104.

RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**, Salvador/São Paulo: Edufba/Editora da Unesp, 2004.

RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Orgs.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: Edufba, 2018, 186p.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./abr. 2005, p. 11-30.

TRAJANO, H. Dilma se diz contra aborto, mas afirma que, se eleita, terá de ‘encarar’ tema. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes>. Acesso em: 23 jun. 2017.

Maria Lúcia Moritz

Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Em 2018, foi Pesquisadora-Visitante no Instituto de Estudios de las Mujeres y de Género da Universidade de Granada (Espanha). Publicou artigos na Revista Brasileira de Ciência Política: “*A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008)*” (PINTO; MORITZ, 2009) e “*O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul*” (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013); na Revista Sociologias: “*Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010*” (SCHULZ; MORITZ, 2015); e na Revista Gênero na Amazônia: “*Quando as mulheres são bem votadas: o caso das deputadas federais no RS*” (MORITZ; SCHULZ, 2013) e “*As vereadoras das capitais brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996 – 2016)*” (MORITZ, 2019). Participa da Rede de Pesquisas em Feminismos e Política. E-mail: maluciamor@gmail.com.

Mayara Bacelar Rita

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES. Foi repórter de economia do Jornal do Comércio (Porto Alegre), onde também atuou na cobertura das eleições 2010 e 2012. Foi, ainda, *freelancer* na cobertura do Fórum Mundial da Educação/Fórum Social Mundial (2014), entre outros eventos. E-mail: mayarabacelarr@gmail.com.

Recebido em: 23.09.2017

Aprovado em: 13.03.2020

